

Capítulo 2

O Setor de Gênero e a luta das mulheres do MST à luz do conceito de igualdade substantiva de Mészáros¹

Frederico Daia Firmiano e Eduarda Camargo Sansão

1 Esta pesquisa foi fomentada pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica, financiada PAPq/UEMG – Edital 03/2017.

INTRODUÇÃO

O patriarcado é um sistema estrutural de dominação social das mulheres, originário do rompimento de diversas relações pré-capitalistas que sedimentaram, ao longo de séculos, uma hierarquia de gênero. Tal subordinação feminina foi essencial para que se produzisse um “lugar social subalterno”. A partir do século XIX, com a emergência de novas formas de intercâmbio (re)produtivo mediada pelo capital, a posição subjugada das mulheres na sociedade constituiu-se como uma necessidade direta do sistema sociometabólico capitalista, como propõe Mészáros (2009).

A discussão sobre o significado histórico do machismo e sua compreensão como expressão do patriarcado é importante para o entendimento da condição das mulheres e sua posição societal, à luz dos processos de hierarquia de gênero e de classe. Assim, torna-se importante a análise das opressões estruturais que marcam a sociedade contemporânea, de um ponto de vista histórico-concreto.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é: desvelar algumas determinações da subordinação estrutural das mulheres nas sociedades mediada pela relação-capital. Para tanto, foi tomada como referência teórico-metodológica a categoria de “igualdade substantiva”, articulada por István Mészáros em sua teoria da crise estrutural do capital e da necessidade de uma ofensiva socialista, na qual faz uma crítica radical aos fundamentos do sistema sociometabólico constituído por variadas e complexas formas de subordinação/dominação/subsunção do trabalho e, ao mesmo tempo, projeta uma alternativa autêntica ao padrão alienado e alienante das relações entre homens e mulheres e deles com a natureza. A pesquisa foi feita a partir de uma realidade

concreta: a luta das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Muitos movimentos de mulheres, particularmente de trabalhadoras, que vêm enfrentando, ao longo da história, a estrutura de dominação engendrada pela sociedade do capital, são reunidos sob o genérico conceito de “movimentos feministas”. Há também muitas teorias feministas que buscam encarar a questão. O trabalho visa enfrentar a problemática de um ponto de vista pouco comum: a luta de classes e, em seu interior, os sujeitos que articulam as dimensões estruturais da dominação de classe e de gênero.

Atualmente no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se destaca na luta pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo. As mulheres participantes do movimento vêm empunhando bandeiras anticapitalistas e contra o patriarcado há mais de uma década. Buscamos nos debruçar sobre as formas de organização das mulheres sem-terra, a fim de refletir acerca das condições sob as quais o patriarcado se produz e reproduz nas sociedades burguesas, bem como das formas de enfrentamento que transcendem questões feministas, assumindo caráter de luta de classes.

Ademais, foram estudadas as relações de gênero e o modo como o enfrentamento do patriarcado pode ser constitutivo no desenvolvimento da luta de classes, investigando as contradições internas da organização das mulheres do MST, no decorrer do desenvolvimento do Setor de Gênero. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, e envolveu levantamento e análise bibliográfica e documental e entrevista semiestruturada. Foi dividida em três grandes frentes: a construção de um debate teórico sobre igualdade substantiva na perspectiva de

István Mészáros e de estudos feministas, tendo como referências Maria Orlanda Pinassi e Kelli Mafort; a análise histórica do Setor de Gênero do MST e das principais lutas desenvolvidas pelo movimento; e a análise dos Cadernos Políticos do Setor de Gênero do MST e entrevistas com militantes do setor.

DA OPRESSÃO DE GÊNERO E CLASSE À CONQUISTA DA IGUALDADE FORMAL

A história das mulheres é predominantemente narrada por homens. E, no caso do Brasil, há uma escassez de documentos que tenham a mulher como sujeito dos processos sociais. No início do século XX, as mulheres não possuíam diversos direitos, eram ignoradas nos ambientes públicos e apartadas do mercado de trabalho que, à época, ainda não demandava a força de trabalho feminina – tendência que iria se reverter, sobretudo, a partir dos anos 1970.

Não raro, a história das mulheres brasileiras é contada através de estereótipos de sacrifício, submissão sexual, silenciamento, promiscuidade e lascívia, inclusive, com um registro de classe que estabelece posições sociais para as mulheres da elite em perfeito contraste com as de classe subalterna (DEL PRIORE, 1992).

A hierarquia de gênero fortaleceu-se a partir da dominação dos corpos e da limitação do poder de decisão, através da valorização da imagem da mulher virgem e “pura”, que podia ser condenada à morte moral se incorresse em atos de infidelidade. Com tantas limitações, o cotidiano alienado das relações de produção capitalistas encarregou-se de caracterizar a feminilidade como algo frágil, dependente, emotivo e

sempre ligado ao ideal do belo; enquanto a masculinidade é associada à virilidade, coragem, inteligência e força.

A consolidação do capitalismo deu-se de forma simultânea à ascensão da família burguesa, para a qual esse estereótipo feminino, durante séculos, foi (e por vezes ainda é) bastante adequado. Com a condenação aos cuidados da família e à dedicação total ao esposo, surgiram novas questões quanto à relação de subordinação/submissão por ela experimentada. A modernização do Estado burguês influenciou diretamente as constituições familiares que produziram mudanças na estrutura social. Com novos ritos sociais, a mulher passou a ser avaliada não somente pelo marido ou pai, mas também pelos institutos morais da sociedade, por exemplo, a Igreja, que cobrava um padrão de comportamento (D'INCAO, 2004). Padrão que, hoje, no Brasil, poderia ser sintetizado pela fórmula "bela, recatada e do lar"².

O núcleo da questão parece residir, historicamente, na família burguesa, que se torna conectora da mulher com o ser mãe e esposa, fiel e dedicada. Porém, não para todas:

Considerada base moral da sociedade, a mulher da elite, a esposa e a mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole (D'INCAO, 2004, p. 230).

2 A expressão em tela ganhou repercussão após uma matéria publicada pela revista Veja, sobre a então primeira-dama, intitulada "Marcela Temer: Bela, recatada e 'do lar'", e que conferia a ela o estatuto de "mulher modelo" no Brasil. Ver: "Marcela Temer: bela, recatada e 'do lar'". Portal Revista Veja. 18 abr. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

Ao consolidar esse microcosmo social como mediação de segunda ordem, o papel da mulher na sociedade foi definido. Assim, a ordem burguesa fez nascer novos valores e padrões de comportamento, como a organização de uma família voltada para o respeito da ordem, das leis, dos costumes e das convenções.

Razões biológicas foram historicamente mobilizadas para a subjugação feminina (fragilidade, submissão no sentido sexual, predomínio da emoção), aspectos que também influenciaram diretamente a construção dos direitos das mulheres, principalmente, das trabalhadoras e de “classes baixas” (SOIHET, 2004). Assim, o Direito foi usado na nova ordem burguesa para disciplinar, de modo que as leis penais se tornaram formas de controle das mulheres que faziam parte dos segmentos populares. Se as ricas precisavam cumprir um padrão para que mantivessem seu *status* social, que envolvia a família; as pobres o seguiam para tentar evitar as diferentes violências providas do sistema do capital.

Com o objetivo de repressão, havia limitações até para a ocupação de locais públicos e privados pelas mulheres e era impróprio que saíssem sozinhas. Estavam condenadas ao lar, se ricas; e à ignorância e ao trabalho, se pobres.

A construção social da subordinação da mulher foi imposta através de diferentes formas de dominação e, principalmente, por meio da violência, desempenhada pelos homens e pelo Estado, e consentida por toda a sociedade. Cotidianamente as diversas expressões de violência contra as mulheres, sejam elas físicas, emocionais ou psicológicas foram sendo naturalizadas, como se a mulher precisasse ser castigada até aprender qual é o seu lugar na sociedade [...] As mulheres foram submetidas a se comportarem dentro de um determinado padrão,

que ditava o que deveriam sentir, pensar e ser (SETOR DE GÊNERO,
MST, 2015a, p. 6).

Mas ao contrário do que se pensa, essa subordinação não se dá de modo homogêneo. As “mulheres pobres”, mais precisamente da classe trabalhadora, precisaram buscar diferentes formas de resistência ao sistema do capital para a conquistar seus direitos e para que pudessem ocupar os espaços públicos burgueses. A vida familiar, o casamento e os padrões da sociedade burguesa não cabiam às mulheres pobres. Apesar de restritas à maternidade e ao lar, a normalização desse papel submisso não era algo simples:

Ocorre que esse processo [repressão] não se desenrolou sem uma efetiva resistência dos membros das camadas populares, inclusive da parcela feminina, que disputava, palmo a palmo, o seu direito ao espaço urbano. [...] Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam característica próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil (SOIHET, 2004, p. 366-367).

A organização das mulheres sob uma ótica feminista pressupôs, assim, o questionamento das hierarquias nas relações de gênero e seus desdobramentos políticos, econômicos, sociais e jurídicos. Ao longo da história das entidades feministas, muitas vezes foram tratadas pausas específicas às suas condições enquanto mulher, mas isso não foi

suficiente para a conscientização de seu lugar subjugado na sociedade de classes (SARDENBERG; COSTA, 1994).

Com a Revolução Francesa, as mulheres passaram a questionar o lema “liberdade, igualdade, fraternidade”, com a percepção de que esse discurso não era suficientemente abrangente. Ainda assim, a questão era entendida apenas como uma desigualdade, sem realizar uma análise que considerasse a mulher sob as condições impostas pelo capital. Essa conscientização não poderia ocorrer plenamente à época, em razão da ausência de substrato material à luta de classes, pois somente a partir de 1848 a classe trabalhadora ganhou clareza de seu caráter necessariamente antagônico com relação ao capital e à burguesia.

No entanto, a Revolução Francesa dá início ao primeiro movimento de percepção quanto à questão de gênero, visto que o estabelecimento do sistema capitalista desencadeava a noção do indivíduo e dos ideais liberais sobre a igualdade:

É que se tratava de um conceito limitado da noção de igualdade: apesar de clamada para todos, na prática vai se instaurar só entre as classes dominantes e – como bem estabelece, já no título, a “Declaração dos Direitos do Homem” – somente entre homens. Para as mulheres, permanecem os códigos patriarcais inscritos na “Ménagier de Paris”. Para as filhas e esposas dessa burguesia ascendente (o que dizer das outras mulheres?), igualdade e fraternidade só entre si. Liberdade, só entre os muros do espaço doméstico e, mesmo assim, vigiada. Direitos? Os de boa filha, boa esposa, boa mãe (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 86).

No contexto histórico do século XVIII, as organizações de mulheres passaram a existir e ganharam alguma expressão política. Todavia, suas

reivindicações se limitavam a uma igualdade de direitos, baseada na concepção liberal de que a concessão de direitos formais seria suficiente para que seus problemas sociais fossem resolvidos. A luta sufragista, por exemplo, foi um movimento que se mostrou capaz de organizar as mulheres, muito embora estivesse circunscrito à classe média com acesso ao ensino superior. Não existia uma preocupação por parte das sufragistas em compreender e analisar as contradições das mulheres que ocupavam o mercado de trabalho, como as operárias, ou acerca da dupla jornada e outras consequências da opressão estrutural do capital sobre as trabalhadoras (SARDENBERG; COSTA, 1994).

Mas com a consolidação da sociedade capitalista, a mulher é transformada em mercadoria, tanto como força de trabalho quanto como objeto sexual, situação que persiste mesmo com a concessão de alguns direitos na ordem estatal burgo-capitalista. A invisibilidade feminina dentro do mundo do trabalho não representa apenas a opressão de gênero, mas também a subjugação da classe através da naturalização do trabalho doméstico e disparidade salarial.

Quanto às limitações dos direitos formais, dizem Sardenberg e Costa (1994):

Ao alcançar a tão esperada igualdade jurídica (diga-se, principalmente direito ao voto) pela qual tanto haviam lutado e por não terem uma perspectiva de transformação estrutural na sociedade e, mais especificamente, do papel da mulher, ou seja, por não terem consciência do mínimo que esta "igualdade" realmente significava, regressam aos seus lares para desenvolver a "sagrada função" que a sociedade sempre esperou delas (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 89).

Em contrapartida, as correntes de feminismo socialista que ganharam maior visibilidade na Alemanha – com a atuação, por exemplo, de Rosa Luxemburgo – tentavam realizar a articulação das questões das mulheres dentro das organizações que lutavam contra a ordem do capital, por compreenderem que a luta por uma sociedade sem classe deveria também conduzir a uma luta pela superação de outras desigualdades, como as produzidas a partir das relações hierárquicas de gênero, raça e etnia (SARDENBERG; COSTA, 1994). O momento da emergência dessas correntes, no entanto, coincidiu com a fase de ascendência histórica do capital, de modo que quase um século depois as determinações objetivas transitaram para aquilo que Luxemburgo chamou de barbárie e alteraram o quadro de referências do movimento socialista e feminista de modo drástico, colocando a questão feminina no centro das contradições mais explosivas do sistema sociometabólico capitalista. É nesse quadro que emerge uma renovada teoria capaz de abarcar a questão das mulheres no interior da necessidade premente de uma ofensiva socialista.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL OU A EXIGÊNCIA HISTÓRICA DA OFENSIVA SOCIALISTA

Antes de abordarmos a questão da igualdade substantiva, é necessário compreender como Mészáros (2009) concebe a estrutura e funcionamento do sistema do capital a partir de Marx, pois, sem essa referência, é praticamente impossível abordar a questão.

Para o filósofo húngaro, todo sistema de reprodução sociometabólico tem seus limites intrínsecos ou absolutos que não podem ser transcendidos dentro dos próprios marcos de referência. Assim, depois de

estender seu domínio “[...] aos bolsões mais distantes e anteriormente isolados do planeta [...]”, o capital “[...] ativou os limites absolutos deste sistema de controle sociometabólico”, chegando ao fim de seu longo processo de ascensão histórica. A coincidência desse fato com a derrocada do socialismo no leste da Europa indica a influência das ações do capitalismo. É importante destacar que, ao alcançar seu pleno desenvolvimento, o sistema sociometabólico do capital esgotou o recurso de exportação de suas contradições internas e, constrangido pela redução drástica de sua margem de viabilidade produtiva, enceu uma crise que afeta a totalidade do complexo social, ou seja, que tem um alcance global e caráter universal, contínuo, permanente e “rastejante” (MÉSZÁROS, 2009, p. 796).

Historicamente, o capital é a mais poderosa estrutura totalizadora de controle societal, inexoravelmente absorvente, irrecusável e irresistível. Não importa quanta repressão exista na imposição de sua função totalizadora, eventualmente, é encontrada resistência. Seu extraordinário dinamismo, determinado pela sua orientação para a expansão movida pela acumulação, é o que lhe torna incontrolável, pois tal dinâmica é também sua deficiência (MÉSZÁROS, 2009, p. 98-99).

Diferente de outros sistemas históricos de metabolismo social, as unidades econômicas do capital não necessitam e nem são capazes de autossuficiência. Por essa razão, o capital se tornou um sistema global e passou a ser o mais dinâmico e competente extrator de mais-valia, ultrapassando todos os obstáculos e limites relativos. Mas, se por um lado isso implicou uma excepcional melhoria da produtividade, por outro teve como condição a perda do controle do sistema reprodutivo, graças à tríplice ruptura de suas unidades internas, quais sejam:

- a. Produção e controle, que estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos;
- b. Produção e consumo, que adquirem independência e existências separadas extremamente problemáticas;
- c. Produção e circulação, cujos microcosmos combinam-se em uma espécie de conjunto administrável, de modo que o capital social total seja capaz de penetrar no domínio da circulação global, em busca de superar a contradição entre produção e circulação (MÉSZÁROS, 2009, p. 105).

A ausência de unidade interna no sistema sociometabólico do capital constitui, assim, um de seus “defeitos estruturais”, não só insubstituível, mas também vital para o capitalismo. Por consequência, os antagonismos que daí emanam são necessariamente reproduzidos em todas as circunstâncias históricas da ordem vigente, independentemente da correlação de forças existente entre capital e trabalho.

Se durante um longo período os “defeitos estruturais” do capital induziram “positivamente” a expansão dinâmica desse sistema sociometabólico, nas condições atuais de desenvolvimento suas estruturas vitais ativaram os seus “limites absolutos”, redundando em contradições explosivas. Esses limites absolutos “[...] correspondem de fato à ‘maturação’ ou plena afirmação do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital” ou, dito de modo inverso, “[...] a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos além dos quais

a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais” (MÉSZÁROS, 2009, p. 226).

O significado disso é a explosão de um conjunto grave de contradições sociais, generalizadas por todo o sistema de metabolismo social do capital, entre os quais István Mészáros (2009) destaca (a) a contradição entre o caráter transnacional do capital e o nacional do Estado; (b) a eliminação das condições elementares da reprodução social; (c) o desemprego estrutural; (d) a “liberação” das mulheres. Isoladamente, cada uma dessas contradições implica uma dimensão da vida social, porém juntas intensificam a “força desintegradora” do sistema, de modo a sobrepor o “momento destrutivo” da expansão capitalista ao “momento civilizador”. Em outros termos, isso significa um profundo, complexo e extenso processo de “barbarização” da vida social.

Mészáros (2009) alerta para o fato de que o esforço cada vez maior do capital em transcender seus limites não pode ser detido de repente, a partir de uma suposta (auto) racionalidade que determinaria quando o sistema atinge seu limiar final. Um dos aspectos mais problemáticos é sua incapacidade de tratar as causas como causas, independentemente da gravidade de suas implicações. A limitação é tomada sempre como relativa e com isso abre-se a possibilidade de superação, expandindo progressivamente a margem e a eficiência produtiva e mitigando temporariamente os efeitos deletérios da estrutura fundamental do capital. O reconhecimento dos limites absolutos colocaria em questão a própria essência capitalista, sendo assim, os problemas devem ser tratados como “disfunções temporárias”. Essa é, portanto, sua fundamentação: uma *causa sui* na qual a relativização (irresponsável) das restrições absolutas é corolário das condições relativas historicamente limitadas que são permanentemente absolutizadas e exigidas

pelo processo de reprodução do capital. A título de exemplo, vê-se o modo de exploração dos recursos ecológicos e naturais não-renováveis (MÉSZÁROS, 2009, p. 176).

Uma das implicações dessa função vital do capital é a restauração permanente das estruturas reprodutivas, o que faz com que ele tenha um modo de funcionamento reativo e retroativo. Mézáros (2009, p. 177) denomina esse mecanismo “paralisante temporalidade restaurado do capital”, que permite, por exemplo, operações de salvamento de setores insolventes da indústria – justamente porque sua estrutura de comando político (o Estado) permanece inalterada – ou concessão de direitos às mulheres, sem perder o controle sobre sua subordinação na sociedade de classes. A mudança social só é admissível se absorvida/assimilada à rede de determinações estruturais vigentes, com isso, as verdadeiras mudanças societais qualitativas são inaceitáveis.

Graças à sua capacidade de impor “mediações de segunda ordem”, o capital constitui um círculo vicioso do qual aparentemente não há escapatória. Essas mediações se interpõem destrutivamente às de primeira ordem entre os seres humanos e a natureza, e, em virtude de sua preponderância, seus apoletas convertem-nas em condição eterna de realização da produção e reprodução da existência humana – por exemplo, a família nuclear, os meios alienados da produção, o dinheiro, o trabalho alienado, o mercado, as variedades de formação do Estado (estrutura de comando), entre outras.

Um importantíssimo desdobramento emerge da teoria de Mézáros (2009) sobre a crise estrutural em direção à necessidade histórica da ofensiva socialista:

[...] através das interconexões estruturais das partes que o constituem, o sistema do capital consegue se impor sobre os esforços emancipadores parciais que visam alvos específicos limitados. Com isso, os adversários da ordem estabelecida de reprodução sociometabólica, incorrigivelmente discriminatória, têm de enfrentar e superar não apenas a força positiva auto-sustentada de extração do trabalho excedente pelo capital, mas também a força devastadora negativa (a inércia aparentemente ameaçadora) de suas ligações circulares. É por essa razão que a verdadeira meta da transformação socialista radical deve ser o próprio sistema do capital com todas as suas mediações de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2009, p. 181).

As tendências e contradições do capital se generalizaram pelo conjunto do sistema, encontraram seus limites absolutos e, vis-à-vis, ergueram-se como um poderoso círculo vicioso das mediações de segunda ordem, de maneira a impor a qualquer alternativa socialista substantiva uma formulação, necessariamente, global. Disso decorre a necessidade de uma “teoria da transição” que estabeleça uma “direção global a ser seguida” ao mesmo tempo em que reconheça plenamente as circunstâncias limitadoras e a imediaticidade de “atalhos ideais”. É a partir dessa perspectiva que a elaboração da igualdade das mulheres ganha sentido, como parte de uma alternativa socialista radical global. Nesse contexto, ganha relevo a categoria de igualdade substantiva.

A IGUALDADE SUBSTANTIVA E A LUTA DAS MULHERES

Mészáros (2009) questiona o significado dos direitos conquistados pelas mulheres dentro da ordem burguesa e afirma contundentemente que o movimento feminista não deve se bastar com concessões de

caráter legal e com a construção de uma igualdade meramente formal. O direito ao voto, por exemplo, não deve funcionar como um elemento apaziguador das lutas das mulheres, as quais devem traçar direcionamentos para uma emancipação significativa. Se é verdade que a emancipação política operou importante salto qualitativo, é igualmente verdadeiro que os artifícios legais não têm mais efeito no plano da construção de uma efetiva igualdade.

O autor também observa que os ganhos obtidos pelas mulheres estiveram, historicamente, limitados às possibilidades abertas pela fase de ascensão do capital. Mesmo que a Revolução Francesa tenha trazido o lema burguês “liberdade, igualdade e fraternidade”, os parâmetros da emancipação das mulheres esbarravam no próprio Estado, com as limitações de uma igualdade formal. Ou seja, os direitos, por sua natureza, limitam o desenvolvimento humano pleno e autêntico e têm contribuição questionável para a construção da igualdade substantiva.

É assim que, mesmo num quadro de grande ampliação dos direitos sociais, particularmente das mulheres, as opressões contra elas são fortalecidas justamente por alcançarem microcosmos do sistema socio-metabólico – como a família, em que acontece uma forte reprodução das relações de poder impostas pelo capital. Não se pode esquecer que essa estrutura é extremamente hierárquica, a começar pelas relações antagônicas estabelecidas entre capital e trabalho.

István Mészáros coloca:

Verdade seja dita: ainda que mantidos dentro dos limites bem demarcados das concessões puramente formais/legais, nos séculos XIX e XX fizeram-se avanços na questão da emancipação das mulheres em

relação à época de Kant, como a celebrada vitória das sufragistas ou a eliminação da parte da legislação discriminatória contra as mulheres. **Entretanto, essas mudanças não afetaram significativamente as relações de poder material da desigualdade estrutural, assim como a eleição de governos socialdemocratas e trabalhistas de nada emancipou o trabalho do domínio do capital** (MÉSZÁROS, 2009, p. 277. Grifos nossos).

É nesse contexto em que se encontra uma das contradições da ordem social vigente: ao mesmo tempo que a mulher possui uma igualdade limitada no sistema do capital, também mantém uma posição de subordinação. “Para resolvê-la realmente e não apenas em termos legais e políticos fictícios, seria preciso um controle e uma organização radicalmente diferentes do processo sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2009, p. 278). E o autor prossegue:

A condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que a priori exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade (MÉSZÁROS, 2009, p. 289).

A LUTA DAS MULHERES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

As formas de degradação/precarização da classe trabalhadora têm aumentado nos últimos anos devido à crise civilizacional do capital (MÉSZÁROS, 2009). Por isso, movimentos sociais de massa, que conquistaram novos espaços na América Latina, passaram a confrontar as políticas neoliberais e as medidas de reestruturação produtiva. Destaca-se

o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – considerado por Maria Orlanda Pinassi como “uma base fundamental para compreendermos a práxis destas expressivas organizações alternativas constituídas no mundo do trabalho latinoamericano” (PINASSI, 2010a, p. 131) –, dentro do qual se desenvolve uma importante experiência de organização e luta das mulheres.

Para a autora, a organização interna das mulheres do MST parte de uma premissa segundo a qual a particularidade das questões de gênero só ganha sentido na medida em que desafia a universalidade da autoridade do capital (PINASSI, 2010a). Isso é corroborado pelo próprio movimento, conforme indica um dos Cadernos de Formação do Setor de Gênero:

A luta revolucionária e mesmo as experiências socialistas desenvolvidas, muitas vezes trataram a questão das mulheres como um tema secundário, como se tudo fosse resolvido através da centralidade de classe. A história mostrou que isso foi um grande equívoco, pois a classe é constituída por diferenças de gênero, de raça, étnicas, culturais e geracionais, que precisam ser consideradas de forma radical para se pensar o lugar da luta, como as mulheres participam e como se vinculam a um projeto de transformação social comum (SETOR DE GÊNERO – MST, 2015b, p. 10-11).

No entanto, essa afirmação das mulheres do MST não é um consenso interno e vem ocorrendo sob a tensão do machismo e dos valores do patriarcalismo, aos quais o movimento não está imune: “embora a supressão da opressão das mulheres seja vital à construção de uma alternativa societária, essa afirmação está muito aquém de constituir unanimidade no interior do MST” (PINASSI, 2010a, p. 132).

A condição de militância das mulheres foi diferenciada da condição dos homens em razão do privilégio estrutural e histórico forjado pela sociedade capitalista e patriarcal. A partir dessa percepção, elas compreenderam que era necessário construir um espaço onde as relações de dominação de gênero pudessem ser debatidas pelo conjunto do movimento. Isso se deu a partir da compreensão de que existem particularidades no interior de uma organização de luta pela terra, pois seus sujeitos se constituem pelas contradições do capital no campo e também pelas questões étnicas e de gênero (NOVAIS, 2017)³. Assim surge o Setor de Gênero do MST:

O setor de gênero surge nos anos 2000, a partir da compreensão das mulheres sem terra de que elas viviam uma condição de militância diferente da condição de militância dos homens, ou seja, elas estavam fora dos espaços de lideranças, elas estavam com dificuldade de participar de cursos de formação (NOVAIS, 2017).

O setor de gênero do MST surge no ano de 2000. O ano de fundação do Movimento Sem Terra é 1984, mas por que demora tanto tempo para ter o setor de gênero? Porque esse processo de construção foi desde a base daqueles sujeitos sociais que estavam no início do movimento nas ocupações da terra. E tem a ver com a questão da presença das mulheres que estavam, em sua grande maioria, nos acampamentos, tinham uma participação, mas não tinham um poder de decisão. Então, as mulheres estavam nas lutas, nas ocupações, mas nas instâncias diretivas do poder, nas decisões deliberativas, isso era de muita responsabilidade dos homens. Como é que isso começou a mudar? As próprias mulheres começaram a se organizar, elas participavam das reuniões com as crianças, então toda essa questão do cuidado era como se fosse algo naturalizado, essa coisa de mulher. E essa questão da participação das mulheres, das crianças, as próprias mulheres foram se organizando para buscar

3 Entrevista realizada com Adriana Novais, do Setor de Gênero do MST, em 1º de dezembro de 2017, por e-mail.

espaço, não só de participação, mas também de decisão dentro do movimento. Sobre isso, contou muito a influência do protagonismo das mulheres em outras organizações. A gente sabe que o feminismo no Brasil tem um ponto alto na década de 70 [1970] com toda a efervescência dos processos revolucionários da América Latina e o protagonismo que as mulheres tinham nesses processos. Então, isso, de alguma maneira, influenciou também o Movimento Sem Terra na década de 80 [1980], as outras organizações, não só do campo, mas organizações que estavam sendo criadas naquele contexto, como a Central Única dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores, enfim. Uma outra influência importante foi a questão da discussão da participação das mulheres no espaço sindical, a luta por direitos das mulheres, a questão do salário maternidade, o reconhecimento da trabalhadora rural com trabalho de fato, e não considerando uma questão de trabalhadora do lar. Todas essas questões de base foram fundamentais para poder gerar conflitos nos quais as mulheres foram tomando consciência da importância da sua auto-organização e de como organizar essa participação com a tomada de decisão dentro do movimento (MAFORT, 2017)⁴.

As mulheres do MST organizaram um coletivo de lutas contra o capital articuladas, concretamente, com as questões de gênero a partir do dia 8 de março de 2006. Em uma ação da Via Campesina, da qual o MST faz parte, elas ganharam notoriedade ao se posicionarem contra a Aracruz Celulose, uma empresa transnacional poderosa. Ocuparam por algumas horas o Jardim Vegetal da transnacional, localizada no Rio Grande do Sul, em defesa da vida e pelo fim da degradação social da natureza (PINASSI, 2010a). Desde então, 8 de março foi instituído no MST como uma data de luta que, necessariamente, vincula o enfrentamento do capital às questões particulares de gênero.

4 Entrevista realizada com Kelli Mafort, do Setor de Gênero do MST, em 1º de dezembro de 2017, por e-mail.

O dia tem uma importância fundamental para a luta das mulheres sem-terra, pois elas, ao lado de outras mulheres da luta pelo campo através da Via Campesina, têm realizado ações contra a ordem do capital. Suas lutas e mobilizações, com organização e realização exclusivamente feminina, pautam as contradições das atividades econômicas do capital transnacional no campo. Além disso, pontuam questões relacionadas às condições elementares da reprodução social, por exemplo, a utilização de sementes transgênicas, o uso de agrotóxicos e a forma como as mulheres, por sua condição de gênero, experimentam essas contradições (NOVAIS, 2017).

O 8 de Março é uma luta muito importante. Ele existe quase desde o início do movimento, mesmo antes do Setor de Gênero. As mulheres já participavam ativamente do movimento. Mas a partir de 2006, ele ganha um sentido mais amplo, que é a luta do enfrentamento ao capital com a ação contrária à Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, mas era uma ação nacional. De lá para cá, muitos temas são pautados como agronegócio, mineração, a questão dos agrotóxicos, transgênicos, a previdência – focando na sonegação de impostos por parte das grandes empresas. Esses são os temas que são trabalhados, sempre com essa temática das transnacionais (MAFORT, 2017).

No caso da Aracruz Celulose, a luta foi contra as consequências socioambientais de ações da empresa, por exemplo, a monocultura, que era determinante para tornar improdutivas terras que poderiam passar para a reforma agrária e para a produção de alimentos orgânicos. A partir desse episódio, o 8 de março adquiriu um novo significado, demonstrando a capacidade organizativa das mulheres e a importância de um movimento feminista no interior das lutas transgressoras da ordem do capital.

Em 2008, realizou-se uma ação importante: a ocupação da Fazenda Tarumã, que é produto da compra ilegal de terras brasileiras por uma transnacional de origem sueca e finlandesa, Stora Enso, que atua no Brasil por meio da empresa agrícola Azenglever (PINASSI, 2010b). Naquela situação, exigiu-se o cancelamento das compras dessa e de outras terras e a expropriação para a reforma agrária das áreas adquiridas ilegalmente pelo capital transnacional. Pinassi (2010b) aponta que, se os 45 mil hectares pertencentes a essa empresa fossem expropriados, poderiam ser gerados aproximadamente 6.750 empregos diretos e seriam afetadas positivamente cerca de 2.250 famílias, mas isso não aconteceu.

As mulheres do MST, organizadas a partir da Via Campesina com outras militantes, produzem processos de combate importantes, que desafiam a ordem do capital e conectam a questão feminina diretamente à luta de classes. Elas realizam uma conscientização a respeito de sua condição na sociedade de classes enquanto sujeito de ação e transformação na realidade em que estão imersas.

Maria Orlanda Pinassi escreve que:

Acima de tudo, elas parecem incansáveis em uma luta que continua a surpreender por sua práxis ousada, slogans radicais e consciência aguda do papel histórico que eles desempenham pela emancipação em seu sentido mais amplo. Porque esse papel, além de ter um forte impacto externo no movimento, tem causado uma transformação lenta, difícil, mas imperativa na sociabilidade interna, absolutamente necessária para a constituição revolucionária dos movimentos a que pertencem (PINASSI, 2010a, p. 135).

Na organização do Setor de Gênero do MST, destacam-se as linhas políticas que tratam especificamente de pautas feministas:

LINHAS POLITICAS DO SETOR DE GÊNERO DO MST

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra seja em nome do homem e da mulher.
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família.
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados.
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres.
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância.
6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher).

7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional.
8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados e Assentadas) para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos.
9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família dos penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias etc. comunitários.
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica.
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo (SETOR DE GÊNERO, MST apud MAFORT, 2013, p. 134).

Segundo a militante do Setor de Gênero do MST, Adriana Novais:

As linhas políticas do setor de gênero significam uma conquista para o conjunto do movimento. Elas foram construídas ao longo dos anos. São onze linhas políticas que temos o desafio de implementar em nossas áreas [acampamentos e assentamentos]. Entre as conquistas

dessas linhas políticas, está, por exemplo, o documento de concessão do uso da terra em nome das mulheres, em vez de estar só no nome do homem, porque acontecia que com esse documento no nome do homem, em casos de divórcio, surgia um conjunto de mulheres que se tornavam sem-terra. Tornavam-se sem-terra novamente no sentido estrito da conquista (NOVAIS, 2017).

Outra conquista importante é a ciranda infantil, um espaço educativo para as crianças cujo objetivo é liberar a família para o cumprimento das tarefas da luta do movimento. Esse espaço se relaciona com a liberação das mulheres para as atividades da militância, visto que, historicamente, o cuidado dos filhos foi reservado a elas, segundo os moldes da sociedade patriarcal. Além disso, é um local para formação da identidade da criança sem-terra (NOVAIS, 2017). Produziram-se, inclusive, modificações no plano da organização da família – esse microcosmo social que opera na sociedade do capital como uma mediação de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2009).

No momento da elaboração deste trabalho, as linhas políticas do setor de gênero estavam sendo reformuladas por meio de debates e reuniões nas mais diversas instâncias do MST. Dessa forma, buscavam avançar nas discussões acerca da concepção de família, da questão do aborto e da diversidade sexual (NOVAIS, 2017). Tudo isso sem deixar de dialogar diretamente com os objetivos fundamentais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que são: luta pela terra, reforma agrária e construção do socialismo. Essas linhas políticas vêm, portanto, para colaborar com a construção de uma nova sociedade (NOVAIS, 2017).

A luta das mulheres do MST evidencia as contradições sociais decorrentes do esgotamento da fase civilizatória do capitalismo. Diante de uma crise irreversível que amplia cada vez mais a perda de direitos pelas

parcelas socialmente oprimidas e aumenta a degradação das condições de vida e de trabalho, as mulheres do MST se mostram como exemplos de combatividade e de compreensão de seu papel histórico enquanto mulheres e trabalhadoras (PINASSI, 2010a). Assim, a organização delas dentro de um movimento que luta pela terra emerge como uma importante experiência histórica de enfrentamento concreto ao patriarcado e ao capital, simultaneamente.

Todavia, ainda que a superação da opressão contra a mulher tenha caráter determinante na luta anticapitalista e na construção de uma alternativa à sociedade atual, existem divergências importantes dentro do movimento. As ações pela conquista de terra e formação de assentamentos aparentam ter limitações, pois, apesar de poderem contribuir para o processo de emancipação do trabalhador, há possibilidade de surgir uma brecha para reprodução de hierarquias patriarcais, anteriormente combatidas na fase da luta pela terra (PINASSI, 2010b).

Maria Orlanda Pinassi (2010b) afirma que os assentamentos – as áreas já conquistadas pelo movimento social – podem trazer certa regressão nas relações de gênero, fazendo com que as mulheres ocupem lugares que já haviam sido suplantados no plano da idealidade ou das lutas do 8 de março. Mas a recusa de muitas mulheres em aceitar a submissão contínua acaba por negar os retrocessos impostos pela sociedade do capital. Nesse sentido, são elas que cobram uma autocrítica do movimento; não brigando com os homens, mas sim lutando contra a reprodução do machismo e contra as deformações patriarcais constituídas socialmente (PINASSI, 2010a; 2010b).

O Setor de Gênero do MST, estruturado em nível nacional, esforça-se por construir espaços de formação política. Conta, inclusive, com

materiais didáticos, como seus Cadernos de Formação, que servem como eixos políticos orientadores do movimento e são baseados em um conjunto de debates sistematizado a partir de construções com mulheres de todo o Brasil. Eles se dividem de forma temática, sendo alguns: “Feminismo camponês e popular – com identidade e revolucionário”; “Avanço do capital no campo e as mulheres”; “Soberania alimentar e reforma agrária popular” e “Violência contra as mulheres e desafios à participação igualitária de gênero”.

Esses cadernos representam um acúmulo organizativo e político que está se construindo pelas mulheres na luta contra o patriarcado e o capitalismo.

A luta das mulheres é uma luta por emancipação humana no sentido de que o feminismo que a gente se vincula, que é esse feminismo de gênero e classe, nós acreditamos que só é possível uma transformação radical da vida das mulheres com processo de transformação radical nas estruturas da sociedade. Haja vista que o patriarcado é um dos pilares de estruturação das sociedades de classe, e que todos aqueles que lutam contra o capitalismo deveriam lutar prioritariamente contra o patriarcado, o racismo, que são pilares estruturantes das sociedades de classes, no entanto nós vemos que não é possível esperar as grandes transformações para poder mudar a vida das mulheres. É preciso que nós tensionemos por essa nova sociedade de emancipação humana já dentro dessa sociedade do capital, e com isso, vá lutando pelo fim do racismo, pelo fim da LGBTfobia, pelo fim do machismo (MAFORT, 2017).

A luta concreta contra a dupla dominação que as mulheres sofrem – de classe e de gênero – é determinante para a produção de uma nova sociabilidade. E a busca por novos entendimentos nesse debate é um aspecto bastante relevante na construção de um projeto de classe

que amplie seus horizontes quanto à diversidade sexual, à questão de gênero, entre outras (SETOR DE GÊNERO, MST, 2015d).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais experiências das mulheres do MST se dão na organização feminista dentro do movimento, fortalecendo a “luta, a organização social e política, a solidariedade de classe, o internacionalismo e a construção de alianças na perspectiva da construção de outro projeto de sociedade e de campo” (SETOR DE GÊNERO, MST, 2015c, p. 13).

No entanto, ainda existem muitas contradições na construção da luta anticapitalista e contra o patriarcado, que acontecem também no interior de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). De acordo com as resoluções dos Cadernos de Formação produzidas pelo Setor de Gênero do MST, as mulheres veem como necessário o aprofundamento de um debate que articule socialismo e feminismo, sobretudo, no quadro de elaboração de um projeto político popular. Elas também buscam a confirmação da importância do protagonismo das mulheres na construção desse projeto e avanços na conquista da paridade de gênero em diferentes instâncias do MST.

Quanto a projeções e perspectivas, o setor traça um panorama de fortalecimento das linhas políticas do Setor de Gênero, fazer com que elas se tornem cada vez mais uma realidade concreta dentro dos acampamentos e dos assentamentos. A pauta da diversidade sexual vem ganhando espaço a partir de espaços de debate coletivos e seminários. Seguir fortalecendo o 08 de março e as pautas fundamentais do Movimento. O debate sobre a questão do aborto se faz presente no horizonte do setor de gênero, assim como as questões étnicas e

de raça. A previsão é do estender do debate de gênero para o total do conjunto do movimento, para que a discussão não fique limitada aos coletivos de mulheres. Nos cursos a partir da Escola Nacional do MST é feita uma ação chamada de “Noites antipatriarcais” voltada para as mulheres e onde os homens se reúnem para discutir seus privilégios, iniciado a partir de 2017. A perspectiva é de que a questão das mulheres seja tomada pelo conjunto do movimento, e não somente pelas mulheres⁵.

Fica explícito no breve percurso aqui realizado acerca do Setor de Gênero do MST, à luz do conceito de igualdade substantiva de István Mészáros (2009), que não é possível construir uma nova sociabilidade se as mulheres permanecerem subjugadas ou mesmo sob a igualdade formal oferecida pela sociedade de classes. Por isso, a luta feminista é determinante no processo da emancipação humana, mas somente se articulada de modo profundo e concreto com a luta pela superação do capital.

O movimento feminino do MST não só confirma o radicalismo da prática da ocupação que caracterizou a luta histórica do movimento da reforma agrária, mas também parece constituir uma singularidade ainda mais estimulante. É, então, um movimento muito articulado de mulheres trabalhadoras, acampadas e assentadas, cuja perspectiva de classe melhora o poder de crítica e autocrítica, desafiar os avanços absolutamente destrutivos do capital e enfrentar com imensa coragem os imensos desafios internos e externos para o movimento. Além disso, essas mulheres estão reabrindo a história e redescobrimo o verdadeiro espírito da revolução de que Marx falou, dando um salto ontológico na direção da emancipação, não só das mulheres, mas de toda a humanidade (PINASSI, 2010a, p. 138).

5 Entrevista realizada com Kelli Mafort, do Setor de Gênero do MST, em 1º de dezembro de 2017, por e-mail.

Existe um grande desafio para a construção de um movimento substantivamente igualitário, mas é inegável a importância das mulheres na elaboração das alternativas ao capitalismo. As mulheres do MST são um exemplo de combatividade, contudo sua efetividade está condicionada ao esforço cada vez maior de se colocar além do movimento emancipador parcial representado historicamente pela igualdade formal.

REFERÊNCIAS

- DEL PRIORE, M. **A mulher na história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- MAFORT, K. C. O. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres da via camponesa**. Araraquara: UNESP, 2013.
- MAFORT, K. C. O. [Entrevista cedida a] Eduarda Camargo Sansão (por e-mail). Passos, 2017.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NOVAIS, A. [Entrevista cedida a] Eduarda Camargo Sansão (por e-mail). Passos, 2017.
- PINASSI, M. O. **O protagonismo das mulheres no MST**. *In*: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 4., 2010a. [Anais...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010.
- PINASSI, M. O. Las mujeres, el MST y los desafíos de la acción revolucionaria. **Herramienta** [on-line], n. 45, out. 2010b. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=1333>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- SARDENBERG, C. M. B.; COSTA, A. A. R. Feminismos, feministas e movimentos sociais. *In*: BRANDÃO, M. L. R.; BINGEMER, M. C. L. (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- SETOR DE GÊNERO – MST. **Caderno de formação 1: Feminismo Camponês e Popular com identidade revolucionária**. Curitiba: Ceagro, 2015a.
- SETOR DE GÊNERO – MST. **Caderno de formação 2: Avanço do Capital no Campo e as Mulheres**. Curitiba: Ceagro, 2015b.
- SETOR DE GÊNERO – MST. **Caderno de formação 3: Soberania Alimentar e a Reforma Agrária Popular**. Curitiba: Ceagro, 2015c.
- SETOR DE GÊNERO – MST. **Caderno de formação 4: Violência contra as mulheres e desafios à participação igualitária de gênero**. Curitiba: Ceagro, 2015d.
- SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.